

**FORA DA
ESCOLA
NÃO PODE!**

Cada criança e adolescente
tem o direito de aprender

1ª edição

BUSCA ATIVA ESCOLAR

**Papel das organizações da sociedade civil
no enfrentamento da exclusão escolar**

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento da exclusão escolar

Brasília, 2022

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Itaú Social
Fundo das Nações Unidas para a Infância (**UNICEF**)
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (**Undime**)

PRODUÇÃO EDITORIAL DA PUBLICAÇÃO

Foto da capa: **Itaú Social/Serginho do Nascimento**
Edição e revisão: **Julia Ventura**
Arte e ilustrações: **Visuh Design**
Revisão e checagem: **Umberto Rodrigues**

COORDENAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

Camila Feldberg Macedo, Daniella Rocha Magalhães, Fernanda de Andrade Santos, Júlia Ribeiro, Luciana Aparecida Andre, Milena Duarte Nunes Pereira, Renata Dias, Virgínia de Toledo Santos e Vilmar Klemann.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

INICIATIVA

Fundo das Nações Unidas para a Infância (**UNICEF**)
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (**Undime**)

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (**Congemas**)
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (**Conasems**)

Todas as fotos deste manual são de iniciativas de sucesso no enfrentamento ao abandono e à exclusão escolar nos municípios acompanhados pelo UNICEF ou de organizações apoiadas pelo programa Missão em Foco, do Itaú Social.

Busca ativa escolar [livro eletrônico] : papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento da exclusão escolar / [Itaú Social, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime]. -- 1. ed. -- São Paulo : Fundação Itaú para a Educação e Cultura, 2022.
PDF.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86771-21-3

1. Ambiente escolar 2. Aprendizagem
3. Crises - Aspectos sociais 4. Direito à educação
5. Direito à educação - Brasil 6. Exclusão escolar
7. Organizações da sociedade civil - Brasil
8. Sociologia educacional I. Itaú Social.
II. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). III. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

22-140417

CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Busca ativa escolar : Sociologia educacional
306.43

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento da exclusão escolar

1ª edição

Realização da Publicação



Brasília, 2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____ 8

● Organizações da sociedade civil _____ 10

● Poder público _____ 12



CAPÍTULO 1

CONTEXTO _____ 15

CAPÍTULO 2

PASSO A PASSO – INTRODUÇÃO _____ 21

● Passo 1 – Diagnóstico inicial _____ 22

● Passo 2 – Localização/
Identificação de casos _____ 30

● Passo 3 – Articulação com
a Rede de Proteção _____ 45

● Passo 4 – Parceria entre as
OSCs e as escolas públicas _____ 56

● Passo 5 – Mobilização social _____ 63

● Passo 6 – Monitoramento
e Avaliação _____ 67





CONSIDERAÇÕES FINAIS

75

REFERÊNCIAS

(LINKS, PUBLICAÇÕES, SITES)

79

● Referências bibliográficas

80

● Sites

81

● Vídeos

82

● Legislações

83



Itaú Social/ Rafa Lopes

APRESENTAÇÃO

Este guia tem como objetivo apoiar a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a garantia ao direito à educação de crianças e adolescentes, além de sensibilizar o poder público sobre o potencial de atuação conjunta, tendo foco especial no enfrentamento do abandono e da evasão escolares. Entende-se, num contexto de crise social que se impõe ao país, a importância do fortalecimento de todos os atores da sociedade para, de forma complementar, contribuírem com a proteção integral das crianças e dos(as) adolescentes e a efetivação de seus direitos básicos, sendo a educação um pilar fundamental para a afirmação de uma cidadania plena e efetiva.

Para isso, este guia, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Itaú Social, visa engajar, apoiar e reconhecer a atuação das OSCs no fortalecimento das redes de proteção empenhadas em transformar o Brasil pela educação, contribuindo com a construção de uma sociedade mais justa e equânime. Seu conteúdo traz subsídios, orientações e recomendações para direcionar os possíveis caminhos para a reversão do cenário de abandono e evasão escolares por meio da contribuição direta de um tecido social ativo e comprometido com essa agenda.

Como enfatiza nossa Constituição Federal, é responsabilidade direta do Estado e das famílias garantir às crianças e aos(as) adolescentes uma educação de qualidade, obrigatoriamente entre os 4 e 17 anos de idade. No entanto, cabe à sociedade colaborar para que tanto o Estado como as famílias possam cumprir adequadamente suas funções. Para tanto, a sociedade civil brasileira, cuja tradição de mobilização social e de promoção de lutas históricas pela garantia de direitos é inquestionável, possui o potencial de atuar de formas variadas, tanto no apoio direto às famílias em situação de vulnerabilidade social e na mediação de



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

suas demandas, com a oferta dos serviços públicos e de demais oportunidades, quanto em contribuição com o aprimoramento das políticas públicas educacionais direcionadas a crianças e adolescentes, além de produzir mecanismos de controle social.

Nesta publicação, iremos discorrer sobre essas possibilidades de modo a torná-las mais visíveis e aplicáveis em diversos contextos, tendo como uma das referências a estratégia Busca Ativa Escolar, desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Vale ressaltar que as iniciativas apresentadas também são aplicáveis a contextos nos quais não haja adesão à Busca Ativa Escolar, de modo a incentivar governos e sociedade civil a aplicá-las da melhor forma possível, tendo em vista a urgente necessidade de se dedicarem à garantia do direito à educação.

Art. 205, Constituição Federal Brasileira (1988)

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”¹

¹ Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BUSCA ATIVA ESCOLAR

A estratégia disponibiliza para gestores(as) públicos(as) dos municípios e dos estados uma metodologia que auxilia na identificação de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono e uma ferramenta tecnológica que facilita a gestão dos casos com base na intersetorialidade e no regime de colaboração. Além disso, oferece cursos, publicações, materiais de campanha e suporte permanente às equipes.

Ao aderir à Busca Ativa Escolar, o Poder Público se compromete com ações alinhadas às suas obrigações legais de garantir os direitos de crianças e adolescentes, sobretudo à educação. Em 2022, mais de 3,4 mil

municípios e 22 estados já haviam aderido à estratégia, em diferentes arranjos colaborativos que envolvem Poder Público, órgãos de controle e fiscalização e sociedade, contribuindo para a realização de mais de 137 mil matrículas na rede escolar (07/12/22). **Nesses municípios e estados, as OSCs podem contribuir com todo o conhecimento adquirido sobre seus territórios e somar forças na rede de proteção, o que ajuda a potencializar os resultados das ações.**

Conheça mais sobre a Busca Ativa Escolar e sua metodologia completa pelo site buscaativaescolar.org.br.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

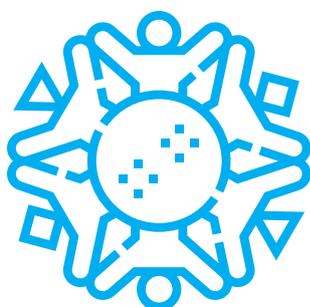
Essa estratégia visa contribuir com as políticas públicas de modo a sensibilizar, capacitar e instrumentalizar gestores(as) e técnicos(as) a atuarem de forma integrada, qualificada e eficiente diante do urgente desafio de superar a exclusão escolar no país. Para tanto, a integração das políticas sociais somada ao potencial existente na sociedade civil é uma aposta necessária à ampliação do alcance e dos resultados, em especial diante da parcela da

população sob condições de vida mais precárias e muitas vezes invisibilizadas e marginalizadas na sociedade.

Assim, convidamos a todas e todos a um mergulho neste trabalho conjunto e engajado com o objetivo de produzir transformações sociais em benefício de todas as crianças e todos(as) os(as) adolescentes brasileiros. Boa leitura e mãos à obra!

A QUEM ESTA PUBLICAÇÃO SE DESTINA E COMO UTILIZÁ-LA:

1. Organizações da sociedade civil



Se você integra algum tipo de organização ou movimento social da sociedade civil organizada que atua com crianças e adolescentes ou diretamente com famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, ou ainda se é uma liderança comunitária com interesse em apoiar a causa da educação, esta publicação é para você! Aqui você encontrará inspiração e ideias concretas para atuar em benefício da redução do abandono e da evasão escolares.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

• Organizações da sociedade civil

• Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

• Passo 2 – Localização/Identificação de casos

• Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

• Passo 5 – Mobilização social

• Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

DICA

Exemplos de organizações/associações civis com potencial de atuação e mobilização:

- Associações de moradores;
- Associações educacionais, culturais, esportivas, científicas;
- Igrejas, centros religiosos, pastorais;
- Coletivos;
- Mídias comunitárias;
- Movimentos sociais (direitos humanos, negros, mulheres, LGBTQIAPN+², sem terra, sem teto etc.);
- Cooperativas;
- Institutos e fundações educacionais, culturais e socioambientais.

Também é interessante observar a natureza dos projetos e ações que podem ter maior interface com essa temática:

- Projetos de complementação pedagógica, alfabetização, letramento e arte-educação;
- Projetos educacionais técnicos e profissionalizantes;
- Atividades culturais ligadas a música, dança, fotografia, artes plásticas e visuais, literatura etc.;
- Atividades esportivas e lúdicas;
- Projetos de comunicação comunitária, audiovisual, rádio, jornal, mídias em geral;
- Projetos de geração de renda;
- Projetos de formação de agentes públicos(as) atuantes com os públicos prioritários;
- Projetos de mobilização social comunitária;
- Projetos/Ações que integrem o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

² A sigla LGBTQIAPN+ refere-se às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros/travestis, queer, intersexuais, assexuais, entre outros. Para conhecer mais, acesse www.unicef.org/brazil/historias/todo-mes-e-mes-do-orgulho.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

• Organizações da sociedade civil

• Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

• Passo 2 – Localização/Identificação de casos

• Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

• Passo 5 – Mobilização social

• Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



2. Poder público

Se você integra a equipe de alguma política pública direcionada a crianças e adolescentes, ou das secretarias de educação, saúde, assistência social, direitos humanos, dentre outras, e entende que a oferta dessas políticas pode se beneficiar com a parceria da sociedade civil para a obtenção de resultados mais efetivos, então esta publicação também se direciona a você! Aqui você encontrará subsídios para aprimorar sua atuação profissional e institucional, tendo como foco o fortalecimento da rede de proteção social de crianças e adolescentes e o enfrentamento da exclusão escolar em sua cidade ou estado. Nesse caso, também é importante verificar:



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

- Seu município ou estado já possui alguma política direcionada ao enfrentamento do abandono e da evasão escolares?
- Já existe, de forma atuante, algum fórum intersetorial que tenha a proteção da infância, da adolescência e da juventude como tema central?
- Seu município ou estado já aderiu à estratégia Busca Ativa Escolar do UNICEF e Undime?
- Em caso negativo, como o seu município pode aderir ou você pode propor ao(a) prefeito(a) que o faça? Busque caminhos para sensibilizar os(as) gestores(as) públicos(as) sobre a urgência de se realizar um trabalho efetivo de enfrentamento do abandono e da evasão escolares. Se você é um(a) gestor(a) público(a), não perca mais tempo para viabilizar essa adesão. Em caso de não haver essa possibilidade, identifique outros programas ou projetos com potencial de realizar as iniciativas sugeridas nesta publicação.
- Em caso positivo, verifique em que etapa de implementação da metodologia se encontra o trabalho desenvolvido, de modo a contribuir para que ele esteja ativo e produzindo resultados, apesar dos desafios. Proponha às instâncias pertinentes a produção de um planejamento conjunto sobre como a sociedade civil organizada pode contribuir para o avanço da estratégia em alinhamento com o poder público. Compartilhe com seus pares esta publicação e seja um facilitador deste conteúdo.

A adesão à Busca Ativa Escolar é bastante simples e acessível. É necessário apenas que seja feito um cadastro do município ou estado pelo site buscaativaescolar.org.br e, após sua confirmação, seguir todos os passos descritos na plataforma, indicando os(as) profissionais que irão integrar a equipe de gestão da estratégia: gestor(a) político(a) e coordenador(a) operacional. Após essa etapa, outras funções precisarão ser cadastradas (supervisores/as institucionais, técnicos/as verificadores e agentes comunitários/as) e a organização dos fluxos de trabalho deverá ser definida. Para isso, recomenda-se a instauração de um Comitê Gestor Intersetorial ao qual caberá tomar as decisões adequadas para o bom andamento dos trabalhos. Acesse: [Estrutura e funcionamento da estratégia](#).



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

CAPÍTULO 1



CONTEXTO

A garantia plena do direito à educação no Brasil consiste em um grande desafio a ser alcançado, sendo a evasão escolar um dos seus principais problemas. Os dados da PNAD Continua (2019)³ apontam para uma situação alarmante: apesar da quase universalização do acesso à educação na faixa etária de 6 a 14 anos (99,7%), apenas 89,2% dos(as) adolescentes de 15 a 17 anos estão matriculados na escola, o que aponta a descontinuidade da escolarização básica. E, mesmo quando o percentual de acesso é alto, é importante atentar para os números absolutos de crianças e adolescentes fora da escola no Brasil. Por exemplo, em 2019, esse percentual era de 2,7%, correspondendo a 1,1 milhão de meninas e meninos entre 4 e 17 anos fora da escola (UNICEF, 2021).⁴

³ Disponível em agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio

⁴ Disponível em www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

A partir de 2020, com o advento da pandemia de Covid-19 e o consequente fechamento das escolas, os indicadores educacionais começaram a revelar retrocessos preocupantes. [Pesquisa](#) realizada pelo UNICEF em parceria com o Cenpec (2020) indica que cerca de 5,2 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não tiveram acesso à educação, seja porque já estavam fora da escola, seja porque não tiveram acesso a nenhuma atividade escolar no período pesquisado⁵. Análises qualitativas também apontam a dificuldade das redes escolares em manter satisfatoriamente a escolarização durante o afastamento dos(as) estudantes do ensino presencial, com consequências sobre a manutenção do vínculo escolar e dos resultados de desempenho. Questões relativas à exclusão digital e ao empobrecimento da população foram responsáveis pela produção de um déficit educacional que não apenas compromete a evolução dos indicadores educacionais, como põem em risco a permanência das crianças e dos(as) adolescentes na escola.



DE OLHO NOS DADOS

De acordo com o relatório do terceiro trimestre do Censo Escolar 2021⁶, as taxas de escolarização divulgadas foram:

- **Crianças de 0 a 3 anos: 35,6%**
- **Crianças de 4 a 5 anos: 92,9%**
- **Crianças de 6 a 10 anos: 98,6%**
- **Adolescentes de 11 a 14 anos: 99,3%**
- **Jovens de 15 a 17 anos: 92,5%**

⁵ Pesquisa realizada em novembro de 2020 com base nos microdados da PNAD covid-19 e publicada em abril de 2021. Disponível em www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil

⁶ Disponível em download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

De acordo com os dados da Busca Ativa Escolar⁷, o contexto apresenta, ainda, a possibilidade de aumento do trabalho infantil, de casos de violências física e sexual e de intensificação de outras violações entre públicos já vulneráveis, como crianças e adolescentes em situação de rua, em acolhimento institucional, com deficiência, pretas e pardas ou pertencentes a comunidades

tradicionais ou adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado. Na educação, estima-se um alto risco de crescimento das desigualdades educacionais, como os indicadores de abandono, distorção idade-série (dois anos ou mais de atraso escolar), dificuldades de aprendizagem e evasão escolar.



DE OLHO NOS CONCEITOS

- **ABANDONO ESCOLAR:** quando o(a) estudante deixa de frequentar a escola antes do término do ano letivo.
- **EVASÃO ESCOLAR:** quando o(a) estudante abandona a escola e não retorna ao sistema escolar no ano letivo seguinte.

7 Disponível em www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil

A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A Constituição Federal Brasileira (1988) estabeleceu, no artigo 6º, a educação como direito social, dentre os direitos e garantias fundamentais de forma universalizada, em caráter complementar e indissociável aos demais direitos: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".⁸

Em 1990, a mobilização social para a efetivação da priorização das crianças e dos(as) adolescentes como foco das políticas públicas de proteção social resultou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – momento histórico retratado na série documental [Origens do ECA](#). A Constituição também instituiu a possibilidade de a sociedade civil organizada participar do processo de concepção, execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

8 Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



Itau Social/Rafa Lopes



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Art. 227, Constituição Federal Brasileira, 1988.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.⁹

⁹ Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Segundo o [Mapa das OSCs](#), plataforma virtual de transparência pública colaborativa gerida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), existem mais de 800 mil OSCs em atuação no país, das quais quase 70% dedicam-se à garantia de direitos nas mais variadas áreas: saúde, cultura, ciência e tecnologia, assistência social, moradia e educação. A existência de um tecido social plural formado por organizações de proporções e características diversificadas tem sido essencial para a ampliação dos direitos fundamentais para a população, beneficiando pessoas e territórios que, às vezes, as próprias políticas públicas não alcançam.

Grande parte das OSCs tem papel relevante no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, principalmente ao proporcionar acesso a oportunidades educacionais em territórios com poucos ou nenhum equipamento público com essa finalidade, ou, ainda,

ao contribuir para o aprimoramento das ofertas existentes. Elas mantêm contato direto com meninos e meninas e suas famílias, podendo identificar vulnerabilidades e contribuir para garantir melhorias significativas na qualidade de vida de cada um(a) deles(as).

Contudo, apesar do fundamental trabalho exercido pelas OSCs, os desafios sociais enfrentados no país exigem articulações entre diferentes atores. O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) já estabeleceu o fortalecimento da rede de proteção, que pode incluir outras OSCs, famílias, escolas e o poder público. Isso porque os resultados das ações são potencializados quando elas são desenvolvidas por aliados que colocam a educação e a proteção de crianças e adolescentes na centralidade de suas ações.

Precisamos de todas e todos juntos(as) e de cada um(a) para fazer valer esse direito.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



CAPÍTULO 2

PASSO A PASSO – INTRODUÇÃO

Tendo em vista as considerações realizadas, apresentamos agora um conjunto de iniciativas para detalhar as possibilidades de atuação direta da sociedade civil diante das situações de abandono e evasão escolares, assim como para a atuação conjunta em parceria com o poder público.

As estratégias estão organizadas em **passos**, pensados como um caminho a ser trilhado, porém sem a necessidade de que todos devam ser praticados ou seguidos de forma cronológica numa ordem fixa. Afinal, o caminho é complexo e para avançar nele é preciso encontrar o ritmo e o percurso de cada um(a), sem deixar ninguém para trás, escolhendo as trilhas adequadas a cada realidade. Embora exista um sentido para cada passo se fortalecer a partir do anterior, muitas vezes é preciso retornar, reorganizar a caminhada, definir prioridades, atender às urgências, repensar estratégias e ajustá-las ao contexto, ou mesmo manter todos os passos concomitantes na mesma direção, de modo complementar.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Compreendendo essa complexidade, este guia oferece um conjunto de possibilidades de atuação para subsidiar a obtenção de resultados concretos em benefício das crianças e dos(as) adolescentes que mais precisam de apoio e orientação para assegurar o acesso e a permanência na escola.

Vamos ao trabalho!

PASSO 1 – DIAGNÓSTICO INICIAL

Em primeiro lugar, uma atuação direcionada ao enfrentamento do abandono e da evasão escolares em determinado território deve ter como ponto de partida uma visão consolidada sobre a realidade onde pretende intervir, levando em conta o público com o qual vai dialogar, as instituições que serão mobilizadas, os atores que precisam ser envolvidos e, ainda, as características do local/região no qual elas vão atuar. A capacidade de levantar esse tipo de informação demonstra uma preocupação em planejar suas ações com base na situação observada, tendo em vista buscar iniciativas que, de fato, dialoguem com as demandas dos públicos identificados. Caso o município tenha adesão e implemente a estratégia da Busca Ativa Escolar, as OSCs podem ser apoiadoras dessa iniciativa levantando informações diagnósticas sobre seu bairro, sua cidade ou seu território de atuação, de modo a contribuir com a incidência qualificada das políticas públicas, apontando os desafios e as demandas de maior destaque em sua área de intervenção.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



©UNICEF/BRZ/RaoniLibório

BUSCA ATIVA ESCOLAR – ORIENTAÇÕES SOBRE DIAGNÓSTICO

DICA DE PESQUISA

Painel dos municípios buscaativaescolar.org.br/municipios

Fonte para consulta de dados nacionais e estaduais sobre exclusão escolar, dados nacionais, estaduais e municipais sobre abandono escolar e dados sobre o status da Busca Ativa Escolar no Brasil. São dados de fácil acesso que apoiam na elaboração de bons diagnósticos.

Esse diagnóstico não precisa ser elaborado de forma exaustiva e esgotar todas as possibilidades de levantamento de informações, porém é importante que ele identifique elementos centrais que fundamentam as ações a serem praticadas. Assim, algumas sugestões de perguntas podem ajudar nesse mapeamento:

1. Qual o público potencial que minha organização/projeto consegue alcançar?

- Identificar públicos diretos e indiretos: aqueles que são atendidos diretamente pelas atividades da OSC e aqueles que podem se beneficiar indiretamente pela convivência familiar, por exemplo.
- Identificar o perfil desses públicos, considerando: faixa etária, gênero, identidade étnico-racial, situação socioeconômica, como renda familiar ou *per capita*, condição de moradia e composição familiar, dentre outras. É importante atentar com maior destaque à existência de crianças e adolescentes, considerando ser esse o público prioritário para a realização de um trabalho direcionado ao acesso e à permanência na escola.

Obs.: de acordo com o tipo de OSC e atividades realizadas, pode variar o tipo de informação produzida e disponível a elas. Por isso, é importante frisar que nem sempre é possível obter acesso a todas as informações diagnósticas, porém o máximo possível que se obtenha já ajuda a produzir um conhecimento prévio sobre a realidade na qual se vai atuar.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



DIAGNÓSTICO

Perguntas:

- Qual público a OSC atende?
- Quais são os públicos diretos e indiretamente beneficiados?
- Qual o perfil desse público?
- Quais suas características individuais, familiares, coletivas?

**CONHECER É ESSENCIAL
PARA MELHOR ATENDER!**

2. Quais são os equipamentos públicos existentes no território dedicados ao atendimento de crianças e adolescentes?

- Quantas escolas existem no município de atuação? Quais as etapas educacionais elas atendem por bairro? Como se dá a divisão administrativa da oferta educacional entre redes municipais e estaduais?
- Existem equipamentos de assistência social (unidades de CRAS e CREAS), de saúde (hospitais, UPAs, postos ou UBSs), conselhos tutelares e conselhos municipais disponíveis no município? Como é a distribuição deles em nível de bairros e distritos?
- A OSC está localizada em determinado bairro e sua atuação é local? Existe alguma relação já estabelecida com as escolas e demais equipamentos públicos?
- Que outras organizações da sociedade civil podem ser mobilizadas para atuar em parceria?
- Como é a disponibilidade de transporte público (municipal e intermunicipal) e escolar?

3. De que tipo de território estamos falando?

- O território é urbano? É considerado uma periferia ou favela?
- O território é rural? Possui comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos, caiçaras ou ribeirinhas?
- O território possui a presença de população imigrante ou fluxo migratório substancial entre cidades ou regiões do país?



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

ATENÇÃO!

A dimensão territorial é fundamental para a atuação de uma OSC sobre seu público direto e indireto. É no território que residem as famílias, onde as escolas estão localizadas, onde estão também fixados outros equipamentos públicos e, inclusive, as organizações da sociedade civil com atuação local. Portanto, é importante identificar as características do território no qual se concentram as ações de enfrentamento ao abandono e à evasão escolares de modo a auxiliar nessa tarefa.

- **AS REGIÕES RURAIS APRESENTAM PERCENTUALMENTE MAIORES ÍNDICES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA:** no ano de 2019, mais de 10% das crianças de 4 e 5 anos e de adolescentes de 15 a 17 anos não estavam matriculados nas localidades rurais.
- **NAS REGIÕES URBANAS, ENTRETANTO, ESTÃO CONCENTRADOS OS MAIORES NÚMEROS ABSOLUTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA:** em 2019, eram 820.706, sendo sua maioria residente em favelas e periferias dos centros urbanos.

Fonte: [Cenário da Exclusão Escolar](#)

4. Como se apresenta o fenômeno da exclusão escolar na sua cidade?

- Levantar dados de abandono e evasão escolares – por escola, por bairro, por cidade, por estado.
- Levantar dados de crianças e adolescentes fora da escola – por estado.
- Levantar o perfil dessas crianças e adolescentes.
- Buscar informações sobre os motivos do abandono e da evasão escolares.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

COMO LEVANTAR DADOS SOBRE ABANDONO E EVASÃO ESCOLARES?

Para o levantamento das informações sugeridas, existem bases de dados públicas disponíveis para acesso de qualquer cidadão ou cidadã. Algumas bases mais detalhadas são apenas acessíveis por solicitação prévia, com finalidade de pesquisa por meio de instituições científicas e educacionais. A periodicidade das informações varia conforme sua produção e disponibilização pública.

ALGUMAS FONTES DE INFORMAÇÃO

censobasico.inep.gov.br

novo.qedu.org.br/brasil/explore

buscaativaescolar.org.br

trajetoriaescolar.org.br

Para ter acesso às bases de dados produzidas pelas secretarias municipais e estaduais de educação, é necessário que se estabeleça um termo de cooperação entre poder público e OSC, de forma a assegurar tanto a transparência, quanto a proteção das informações fornecidas. Nesse caso, é preciso que se produza uma parceria formal para o desenvolvimento da atuação integrada. Os representantes das OSCs podem também contactar diretamente os equipamentos públicos para solicitar alguma informação específica sobre seu território de atuação ou sobre o atendimento de um caso.

No caso de o município ou o estado terem aderido à Busca Ativa Escolar, as informações poderão ser fornecidas diretamente, mediante a organização do fluxo interno entre as instâncias participantes.

Obs.: a pesquisa pode ser aprimorada com o levantamento de dados locais e o cruzamento de informações entre as bases de dados, indicando maiores potenciais de atuação.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

MOTIVOS DA EXCLUSÃO ESCOLAR

Conhecer as razões pelas quais as crianças e adolescentes não estão acendendo ou permanecendo na escola é essencial para que se estruturam ações concretas que visem solucionar essas situações. Para a etapa de diagnóstico, algumas pesquisas já produzidas sobre esse fenômeno podem auxiliar na ampliação dessa compreensão.

A estratégia Busca Ativa Escolar identificou, por exemplo, que a maior parte das crianças e dos(as) adolescentes fora da escola ou em risco de abandono escolar possui um perfil majoritário: do sexo masculino, negra, de família de baixa renda, e tem responsáveis com baixa escolaridade. A exclusão escolar também se impõe mais fortemente sobre as crianças e os(as) adolescentes quilombolas, indígenas e com deficiência. Além disso, a estratégia elencou um conjunto de motivos definidos conjuntamente por especialistas nas áreas de educação, saúde, assistência social e pelos próprios municípios:

- **Oferta educacional (falta de escolas, de vagas, de transporte escolar);**
- **Desinteresse pela escola;**
- **Doença que impede a frequência escolar;**
- **Violências sexual, familiar, na/da escola, no território;**
- **Questões socioeconômicas;**
- **Trabalho infantil;**
- **Conflito com a lei;**
- **Gravidez na adolescência;**
- **Preconceito e discriminação;**
- **Falta de documentação.**



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

[Estudo elaborado pelo UNICEF em parceria com o Cenpec](#) buscou aprofundar a compreensão sobre as causas do abandono e da evasão escolares de crianças e adolescentes, com especial atenção aos impactos que a pandemia trouxe sobre essa realidade. Vale enfatizar que, em geral, os constrangimentos ao acesso e à permanência dos(as) estudantes na escola se relacionam, historicamente, com as questões socioeconômicas derivadas de um contexto de desigualdade social; porém, seu agravamento durante a pandemia precisa ser destacado. Fatores sociais como o aprofundamento da insegurança alimentar e o crescimento da pobreza imprimem sobre a população um senso de urgência para a priorização da subsistência em lugar da escolarização.

DE OLHO NOS DADOS/MOTIVOS DA EVASÃO ESCOLAR (PNAD 2019)



- Entre as crianças de 4 e 5 anos, o motivo para 48,5% estarem fora da escola é a “opção dos próprios pais ou responsáveis” (acham muito nova(o) para ir à escola, preferem cuidar em casa etc.); seguido de “falta de vaga na escola” (19,1%) e do fato de “não ter escola ou a escola ficar distante” (13%).
- Entre crianças de 6 a 10 anos, os principais motivos levantados são “falta de vaga na escola” (33,6%) e “problemas de saúde permanente” (20,8%), além de “opção dos pais ou responsáveis” (18%).
- Na faixa etária de 11 a 14 anos, as maiores incidências de respostas para estarem fora da escola está no “desinteresse em estudar” (37%) e “problemas de saúde” (21,1%), além de “gravidez” e “já ter concluído o nível de estudo que desejava”, ambos com taxas de respostas de 6,9%. Ainda nessa faixa etária (de 11 a 14 anos), as meninas alegam trabalho ou procura de trabalho, falta de escola ou de vagas e a conclusão dos estudos no nível desejado, envolvimento nos afazeres ou nos cuidados domésticos como motivos para deixar a escola.
- Entre os motivos para os adolescentes de 15 a 17 anos não frequentarem a escola estão: “não tem interesse em estudar”, alegado por 38,2%, seguido por “trabalhou ou procura por trabalho”, com 14,6%. Já a gravidez, nessa faixa etária, foi o motivo preponderante para 11,4% dos(as) respondentes.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Importante destacar que o fator de desinteresse ou desmotivação pela escolarização aparece como um motivo preponderante nas diversas pesquisas, em especial entre as faixas etárias mais elevadas. Entretanto, é fundamental que se reflita sobre como a ideia de “falta de interesse pela escolarização” pode esconder questões relativas à qualidade da oferta educacional, de sua proposta pedagógica e dos currículos adotados, assim como as dificuldades geradas pela própria burocracia escolar e as limitações do ensino para a promoção da aprendizagem. Ainda, fatores relacionados à vulnerabilidade social das crianças e dos(as) adolescentes impactam diretamente sua escolarização, criando mais dificuldades para sua permanência na escola. A desmotivação apontada pelas pesquisas, nesse sentido, produz um alerta sobre a capacidade de as redes escolares de fato realizarem uma escolarização significativa e eficaz para os(as) estudantes, além da articulação com a rede de proteção atenta às suas demandas sociais. Nesse caso, é muito importante que se compreenda esse motivo em sua complexi-

dade, sem correr o risco de responsabilizar individualmente a criança ou o(a) adolescente.

Um exemplo nítido sobre essa situação se manifesta na dificuldade que as redes escolares tiveram, Brasil afora, para garantir uma escolarização efetiva e de qualidade para as crianças e os adolescentes durante o período no qual as escolas estiveram fechadas por ocasião da pandemia de Covid-19. Uma pesquisa realizada pela FGV Social (2020), intitulada [Tempo para a Escola na Pandemia](#), identificou que a desigualdade de acesso às atividades remotas se aprofundou significativamente entre as classes econômicas mais pobres e as mais abastadas. Dentre os dados captados pelo estudo, teve destaque o fato de que quanto mais pobre é o indivíduo, menor foi sua frequência na escola, menor a quantidade de atividades recebidas e menor o tempo dedicado a ele(a), apontando que os(as) alunos(as) mais pobres foram profundamente mais afetados(as) em sua escolarização que os(as) alunos(as) mais ricos(as).



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

• Passo 1 – Diagnóstico inicial

- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

PASSO 2 – LOCALIZAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DE CASOS

Esse passo está orientado a apoiar as OSCs a organizarem estratégias para conseguirem identificar os casos de crianças e adolescentes que estejam fora da escola e ainda contribuir com a prevenção do abandono e da evasão escolares.

É importante salientar que a ação das OSCs pode auxiliar numa atuação complementar às políticas públicas, tornando possível uma identificação mais ágil dessas situações e, assim, apoiando um retorno mais rápido à escola ou na redução da infrequência escolar. Isso é de extrema relevância, tendo em vista o fato de que, quanto mais tempo uma criança ou um(a) adolescente passa fora da escola, maiores as consequências prejudiciais à sua trajetória escolar e sua proteção social integral.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- **Passo 2 – Localização/Identificação de casos**
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (2020)

ENSINO FUNDAMENTAL

- ANOS INICIAIS - 1.351.680 - [11,29]%
- ANOS FINAIS - 2.592.591 - [25,73]%

ENSINO MÉDIO

- 1.863.103 - [29,26]%

Fonte: trajetoriaescolar.org.br

TRAJETÓRIAS DE SUCESSO ESCOLAR

A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar é uma iniciativa do UNICEF, do Instituto Claro e outros parceiros para o enfrentamento da cultura de fracasso escolar no Brasil. O site disponibiliza indicadores de fluxo escolar nacionais, estaduais, municipais e por escola, retirados do Censo Escolar. O objetivo é facilitar um diagnóstico amplo sobre a distorção idade-série no país – quando um estudante está com dois ou mais anos de atraso escolar – e oferecer um conjunto de recomendações para o desenvolvimento de políticas educacionais que promovam o acesso, a permanência e a aprendizagem desses estudantes. Além das taxas de distorção e índices de abandono e reprovação, o site disponibiliza recortes por gênero, raça e localidade que mostram as relações entre o atraso escolar e as desigualdades brasileiras.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Uma criança ou um(a) adolescente fora da escola está desassistido(a) não apenas de seu direito à educação, mas também da capacidade de a gestão pública atuar na assistência a ele(a), tendo acesso à alimentação, à saúde, à proteção contra violências, dentre outros. Por isso, todos os esforços valem a pena nessa empreitada.

1. Como a OSC pode localizar uma criança ou um(a) adolescente que esteja fora da escola ou infrequente?

Essa pergunta norteia os primeiros passos para a atuação da OSC, pois inaugura seu processo de atendimento. Para isso, devemos perguntar:

- **A OSC atua diretamente com crianças e adolescentes? Caso a resposta seja sim, então temos um bom ponto de partida, pois o contato direto com esse público favorece sua capacidade de interlocução com ele e com seus responsáveis para poder identificar se:**
 - A criança/adolescente está frequentando a escola adequadamente?
 - A criança/adolescente teve acesso adequado às atividades escolares durante a pandemia? Demanda algum tipo de complementação pedagógica?
 - A criança/adolescente demonstra estar em situação de trabalho infantil?
 - A criança/adolescente está em situação de rua ou abrigamento?
 - O(A) adolescente está em cumprimento de medida socioeducativa?



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Caso alguma dessas variáveis seja verificada, é importante que o(a) interlocutor(a) esteja capacitado(a) a registrá-la para dar início às ações pertinentes. É importante também que a informação, se obtida diretamente com a criança ou o(a) adolescente, possa ser verificada com seu responsável de modo a buscar mais informações sobre o caso e também sobre os principais motivos dessa situação.

- **A OSC atua diretamente com as famílias, incluindo ações direcionadas a jovens, mulheres, idosos e adultos em geral? Nesse caso, pode-se buscar mapear se:**

- **Há alguma criança e/ou adolescente residindo no mesmo domicílio?**
- **Há alguma criança e/ou adolescente na família ou conhecido(a) que possa estar fora da escola ou infrequente?**

Nesses casos, recomenda-se fazer as mesmas perguntas do item anterior e identificar se existe alguma demanda de atendimento.

Todo esse conjunto de perguntas pode ser realizado por alguns meios, dependendo da disponibilidade para realizá-las e do objetivo para sua utilização: entrevistas individuais, aplicação de questionários, realização de grupos focais, ou mesmo por observação em situações que se demonstrem de forma espontânea durante a realização das atividades regulares da OSC. É importante que elas sejam feitas com regularidade, de modo a estabelecer uma busca contínua por situações que demandem atendimento.

- **Ações de busca ativa: a OSC possui profissionais, voluntários(as) ou públicos atendidos que possuam capacidade e potencial para realizar ações de localização e identificação de crianças e adolescentes no território?**

ATENÇÃO!

Neste guia, usamos a nomenclatura **busca ativa** (com grafia em caixa baixa) para designar o método de identificação de pessoas que necessitem de atendimento e a nomenclatura **Busca Ativa Escolar** (em caixa alta e com acréscimo do nome Escolar) para se referir à estratégia do UNICEF e da Undime.

[O Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024](#) identifica a ação de busca ativa como uma iniciativa para universalização do acesso nas Metas 1, 2 e 3.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- **Passo 2 – Localização/Identificação de casos**
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



© Prefeitura Municipal de Cacoal

A busca ativa é um método diferenciado para a identificação de pessoas em situação de negligência social, cuja capacidade para acessar de forma autônoma os serviços públicos está comprometida por uma série de fatores relativos às vulnerabilidades sociais e às violações de direitos. No caso de crianças e adolescentes, sua capacidade é ainda mais limitada, demandando que seus responsáveis estejam em condições de lhes proporcionar o acesso aos seus direitos, assim como as instituições de proteção social, incluindo a escola, assegurar-lhes seu direito à educação.

Uma abordagem ativa realizada por agentes preparados para esse objetivo agiliza a capacidade das políticas públicas em solucionar os problemas existentes, indo ao encontro de uma parcela da população que não chegaria sozinha até a escola e aos demais equipamentos públicos, ou encurtando esse caminho. Por isso, recomenda-se que a OSC assuma uma postura ativa para localizar



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

aqueles(as) que mais precisam, pois grande parte da população nessas condições sequer se reconhece como sujeito de direitos e pouco conhece sobre as legislações, instituições, programas e procedimentos existentes nas políticas públicas. Muitas organizações locais possuem relação direta com a população, compartilham com elas os desafios territoriais e conhecem sua realidade, detendo, assim, uma posição privilegiada para identificar essa demanda potencial. Nesse sentido, cada OSC pode fazer uma grande diferença atuando com a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono escolar em seu bairro, sua cidade e seu estado.

Caso o município no qual a OSC se localiza tenha aderido à Busca Ativa Escolar, ela pode solicitar à gestão pública sua integração à estratégia, constituindo-se como membro das equipes de [agentes comunitários\(as\)](#) e, assim, iniciar uma atuação integrada com os serviços públicos. O [Comitê Gestor Intersetorial](#) da estratégia, instituído pelo poder público, será responsável por orientar a atuação da OSC, inserindo-a como participante da equipe

para atuar na identificação das crianças e dos(as) adolescentes que precisam ser atendidos. A OSC também pode se apresentar e solicitar participar desse comitê, apoiando na produção de diagnósticos territoriais e estudos de caso e sinalizando os problemas relativos às suas comunidades.

Da mesma forma, o incentivo a essa parceria pode partir desse próprio Comitê instituído pelo poder público, identificando as OSCs existentes na cidade com perfil para esse tipo de atuação e convidando-as a participarem da estratégia, fornecendo-lhes orientação e capacitação para a realização de um trabalho integrado e alinhado a seus princípios e objetivos. É importante que a gestão pública compreenda que somar esforços com a sociedade civil nessa tarefa é de suma importância para ampliar o alcance e os resultados em benefício das crianças, dos(as) adolescentes e suas famílias como uma grande força-tarefa que se empenha em garantir seus direitos, em especial num contexto socioeconômico extremamente desafiador, com impacto implacável sobre os(as) mais pobres.

Em ambos os casos, as OSCs podem se integrar à equipe de Busca Ativa Escolar do município e acessar a plataforma sob a gestão central da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação, no caso dos municípios; e da Secretaria Estadual de Educação, no caso dos estados.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



BUSCA ATIVA ESCOLAR – AGENTES COMUNITÁRIOS(AS)

Recomenda-se que os representantes da sociedade civil assumam a função de **agentes comunitários(as)**, indicada na metodologia da Busca Ativa Escolar como responsável pela **produção de alertas** que sinalizarão os casos de crianças e adolescentes que estejam fora da escola ou em risco de abandono escolar. Esse(a) agente dedica-se exclusivamente à produção dos alertas e, por uma questão de privacidade e proteção de dados sensíveis, não consegue acessar as demais informações agregadas ao longo das etapas de gestão do caso, que caberão apenas à gestão pública acessar e organizar. Uma vez produzido o alerta, ele entra num fluxo de atendimento próprio à metodologia, implicando os respon-

sáveis a realizarem as etapas de abordagem familiar, com pesquisa e análise técnica para entender a fundo os motivos que levaram à exclusão ou risco de abandono; gestão do caso, providenciando-se todos os encaminhamentos necessários para atendimento das crianças e adolescentes pelos serviços públicos; sua (re)matrícula e seu acompanhamento após o retorno à escola.

A plataforma servirá ao uso exclusivo do município ou estado, sendo uma ferramenta de gestão dos casos a serem atendidos e para sua resolução. Todas as orientações se encontram disponíveis no site e nos materiais da estratégia.

MATERIAIS DE ORIENTAÇÕES SOBRE BUSCA ATIVA ESCOLAR

Acesse as Orientações Gerais sobre o trabalho do Grupo de Campo:

biblioteca.buscaativaescolar.org.br/materiais/orientacoes-gerais-sobre-o-trabalho-do-grupo-de-campo

Módulo – Abordagem Familiar:

buscaativaescolar.org.br/temas/abordagem-familiar

Módulo – Causas da Exclusão Escolar:

buscaativaescolar.org.br/temas/causas-da-exclusao-escolar



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Caso a OSC deseje realizar ações de busca ativa, porém seu município ou estado não tenha aderido à Busca Ativa Escolar, é possível fazê-la mesmo assim. Recomenda-se, para isso, a estruturação de iniciativas com o potencial de ir ao encontro de uma demanda muitas vezes invisibilizada, que precisará ser realizada de forma planejada e cuidadosa. Essa ação consiste em procurar ativamente as crianças e os(as) adolescentes que não estejam matriculados em nenhuma unidade escolar ou que estejam infrequentes e referenciá-los para a escola mais próxima de sua residência.

Uma ação de busca ativa é extremamente relevante para reduzir o tempo em que uma criança e/ou adolescente passa fora da escola, ou mesmo para sanar uma situação de gradual desvinculação escolar que possa se tornar irreversível. Diferentemente de aguardar que um(a) responsável precise procurar o atendimento para solucionar alguma dificuldade de realizar a matrícula na escola ou obter outros tipos de serviços públicos para si ou para as crianças e adolescentes, a busca ativa vai ao encontro

dessas famílias e leva até elas informações básicas que visam auxiliar no acesso aos direitos. Muitas vezes os(as) responsáveis não sabem como proceder ou a qual instituição devem se direcionar para resolver seus problemas, e apenas uma orientação qualificada pode reduzir esses entraves. Porém, mesmo que eles(as) possuam as informações sobre esse acesso, pode ser que outros problemas estejam dificultando sua efetivação, e isso também precisa ser mapeado para que se busquem as soluções necessárias a cada caso.

Outras vezes, pode ser que uma criança e/ou adolescente esteja sob uma situação de negligência familiar ou mesmo sob risco de violências. Mas, com uma ação direcionada ativamente à sua proteção, isso pode ser revertido. Contudo, é de suma importância que o(a) profissional responsável pela identificação dessa situação não ultrapasse os limites de sua abordagem inicial, cabendo a ele(a) informar imediatamente ao Conselho Tutelar de referência do bairro no qual ela foi observada, para que sejam realizados os procedimentos cabíveis.

ESCU TA PROTEGIDA

Os métodos adequados para que crianças e adolescentes possam ser ouvidos(as) estão definidos no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, criado pela [Lei 13.431/2017](#) e regulamentado pelo [Decreto nº 9.603/2018](#). A lei estabeleceu os procedimentos da Escuta Especializada e do Depoimento Especial, instaurando procedimentos seguros e protegidos, em ambiente acolhedor e prevenindo a revitimização por meio de escuta especializada.

Para mais informações, pode-se também consultar o [material desenvolvido pelo UNICEF e a organização Childhood](#) para orientar serviços e atores da rede de proteção acerca da lei.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Para realizar a busca ativa, portanto, recomenda-se levantar informações diretamente nos territórios, circulando pelas ruas dos bairros, perguntando de casa em casa, e de instituição em instituição, para a sondagem sobre a existência de casos de crianças e adolescentes nesse perfil e localizá-los.

Destacamos algumas perguntas possíveis de serem feitas a esses interlocutores:

- **Para os(as) responsáveis/familiares – Existe alguma criança ou adolescente na sua casa ou na sua família que precise de ajuda para voltar a estudar?; Você conhece alguma criança ou adolescente que esteja sem estudar, sem frequentar a escola ou tenha parado de estudar recentemente?**
- **Para as instituições locais (associações de bairro, igrejas, comércios etc.) – Olá, estou realizando uma busca ativa para apoiar crianças e adolescentes que abandonaram ou evadiram da escola a voltarem a estudar. Caso você conheça alguma pessoa nessa situação, poderia me ajudar a localizá-la?**

Atenção: em ambos os casos, sempre é necessário se apresentar e se identificar como parte de uma organização da sociedade civil, entregar algum material comprobatório de que essa organização existe e, caso esteja atuando em parceria com a Busca Ativa Escolar, utilizar os [materiais de identificação](#) disponíveis para impressão no site da estratégia. Isso é fundamental para não gerar desconfiança dos seus interlocutores, pois esse tipo de questionamento é uma abordagem sensível e pode se confundir com algum tipo de ameaça às crianças e aos(as) adolescentes.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

DICA

Numa OSC, quem pode realizar a busca ativa?

Destacamos algumas possibilidades:

- **Profissionais em geral;**
- **Assistentes sociais;**
- **Educadores(as);**
- **Voluntários(as);**
- **Grupos de jovens;**
- **Grupos de mães;**
- **Líderes comunitários(as);**
- **Outros.**

Importante: é fundamental que quaisquer que sejam os(as) profissionais ou pessoas selecionadas para essa tarefa, sejam primeiramente capacitados(as) e orientados(as) diante das delicadezas que ela requer. É também necessário que estejam identificados(as) pela OSC na qual atuam com crachás, uniformes, cartões de visita ou outros materiais impressos, trazendo segurança para elas mesmas e para seus interlocutores ao longo do trabalho a ser realizado pelos territórios.

A estratégia Busca Ativa Escolar disponibiliza um curso de EAD com formação completa direcionada à implementação de sua metodologia, sendo recomendável à OSC realizá-lo para se capacitar para sua atuação de forma cuidadosa e qualificada. Para acessar o curso [Busca Ativa Escolar na Prática](#), a OSC deve fazer parte da estratégia, tendo seu município ou estado realizado a adesão.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Para realizar uma ação de busca ativa, os atores selecionados pela OSC para fazer esse trabalho precisam atentar para algumas questões quando estiverem em contato direto com as famílias localizadas:

- **Abordagem familiar:** quando se localiza um caso para atendimento, precisa-se cuidar bem da forma como será feito o contato com o(a) responsável, buscando produzir uma relação de confiança para que ele(a) seja capaz de informar as questões que estão restringindo o acesso e a frequência escolar e, assim, ter melhores condições de procurar ajuda para cada caso. Uma abordagem direta às famílias deve ser muito cuidadosa para que a pessoa se sinta confortável na situação. Antes de qualquer questionamento, pontue que toda informação compartilhada será tratada como confidencial.

FAMÍLIA E DIVERSIDADE

A estratégia Busca Ativa Escolar fornece orientações específicas sobre essa questão, estruturadas a partir de estudos e pesquisas e da contribuição de especialistas, com o objetivo de apoiar os(as) agentes a serem bem sucedidos(as) na [abordagem familiar](#). Um pré-requisito para essa ação, nesse sentido, é garantir que os(as) agentes possuam compreensão sobre o conceito de “família”, com respeito à diversidade de configurações que ela pode assumir. Para isso, é preciso atentar para algumas questões:

- **Será que todos(as) têm a mesma vivência ou organização familiar?**
- **Família é uma instituição que vai além dos laços de sangue: o que a define são os vínculos de reciprocidade e cuidado que os membros têm entre si.**
- **Existem diversas possibilidades de arranjos familiares, sendo preciso respeitar igualmente todos eles.**



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

- **Proteger e não fiscalizar:** o objetivo de uma busca ativa é a proteção da criança/adolescente e não a fiscalização de seus responsáveis, o que nem cabe a uma OSC realizar. Porém, por mais que pareça óbvio, uma pessoa com essa tarefa pode correr o risco de realizá-la sob as lentes de seus valores morais pessoais ou até preconceitos, de modo a prejudicar sua capacidade de atendimento. Assim, tenha o foco na promoção do direito à educação e não passe a impressão de que está em busca de culpabilizar os(as) responsáveis. Toda situação é mais complexa do que pode transparecer. Em casos de suspeita de violação de direitos da criança/adolescente, entretanto, é preciso denunciar às instituições competentes como o Conselho Tutelar, os órgãos da justiça ou mesmo as forças policiais, sempre de acordo com o definido pela lei 13.431/17 e a maneira como ela foi estruturada no seu município.
- **Circulação nos territórios:** é importante lembrar que em muitas das localidades nas quais existem crianças e adolescentes nessa condição, como favelas e periferias, podem existir graves desafios relacionados à segurança pública, como a presença de grupos armados, risco de violência e conflitos bélicos que ameacem o livre trânsito de pessoas e restrinja o funcionamento das instituições. Por isso, certifique-se se é seguro realizar a busca ativa nos horários e locais nos quais residem os casos identificados. Ainda, em zonas rurais e florestais inóspitas, situações relativas à dificuldade de acesso, como alagamentos, enchentes ou barreiras intransponíveis, tornam inviável acessá-las em alguns períodos do ano. Todavia, é importante que, de alguma forma, elas não deixem de ser atendidas por causa dessas violações de direitos e que se criem ações junto ao poder público para garantir seu atendimento. Caso a OSC participe da Busca Ativa Escolar, pode contar com o apoio da gestão e dos(as) agentes públicos que participam da equipe da estratégia para facilitar seu trabalho nas áreas de maior risco.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

PARCERIA OSC E BUSCA ATIVA ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS

Boquim (SE): estratégia ganha força com voluntários que conhecem seus territórios

Em Boquim, Sergipe, cada território do município possui uma equipe formada, em boa parte, por familiares de estudantes e moradores da região. Essa equipe auxilia na identificação de crianças e adolescentes fora da escola. “Eles conhecem as famílias, sabem onde estão essas crianças ou esses adolescentes que não estão estudando”, diz a coordenadora operacional da Busca Ativa Escolar no município, Dayse Kelly Andrade. A equipe costuma fazer visitas aos povoados para identificar meninas e meninos fora da escola ou em risco de abandono escolar, em conjunto com a Secretaria de Saúde, que procura levantar casos de crianças não vacinadas.

A equipe também conta com as parcerias da Pastoral da Igreja e da Pastoral da Criança, participando dos eventos desses grupos e acompanhando os missionários em visitas às famílias com o propósito de conhecê-las e tentar encontrar crianças e adolescentes fora da escola.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



©UNICEF/BRZ/Alécio Cézari

2. A partir da identificação de um caso de criança e/ou adolescente nessa situação, o que a OSC pode fazer?

Quando a OSC obtém uma informação sobre a existência de crianças e/ou adolescentes em situação de abandono ou evasão escolar, seja pelas vias diretas de promoção de suas atividades, seja pela realização da busca ativa nos territórios, o passo seguinte deve ser registrar essas informações e passá-las aos órgãos competentes para o atendimento delas. Por mais que um contato inicial seja realizado por algum(a) profissional ou voluntário(a) da OSC para a produção dessa identificação e para sua validação, as soluções para cada caso demandarão atendimentos especializados que cabem às políticas públicas. Portanto, nessa etapa, é preciso garantir:

- **O registro da informação com qualidade:** produza uma planilha ou um banco de dados com essas informações, assim será possível organizá-las para repassá-las às outras instituições, além de favorecer a realização de um acompanhamento posterior e monitorar cada situação identificada.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- **Passo 2 – Localização/Identificação de casos**
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

OBSERVAÇÃO

Caso a OSC faça parte da estratégia Busca Ativa Escolar, ela deve utilizar a plataforma de gestão dos casos por meio de um login de acesso fornecido pela prefeitura ou estado. Ali, as informações serão inseridas e um fluxo de acompanhamento será iniciado para que as políticas públicas possam atuar sobre eles.

- **Para a realização do registro, é recomendável apontar:** nome completo da criança/adolescente; idade; nome do(a) responsável; endereço de moradia; contato telefônico; situação escolar (fora da escola ou infrequente); no caso de estudante infrequente, apontar, se possível, a escola na qual está matriculado(a) e o ano escolar; no caso de criança/adolescente fora da escola, informar o motivo do abandono ou da evasão (se for possível obter esse dado).
- **A identificação das instituições com as quais a OSC precisará entrar em contato para realizar os encaminhamentos necessários ao atendimento das demandas escolares e sociais:** mapeamento das escolas do bairro ou distrito e coordenadorias regionais de ensino; localização dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); mapeamento dos Conselhos Tutelares, seus(as) conselheiros(as) e localização; mapeamento das Unidades de Saúde e Clínicas da Família; localização das instâncias do poder judiciário com foco no atendimento à infância e juventude e outras organizações da sociedade civil com potencial de atuação para a proteção social de crianças e adolescentes. Se a OSC não fizer parte da Busca Ativa Escolar, mas for implementada no seu município, pode-se direcionar os casos para a equipe da estratégia, que fará os encaminhamentos necessários para atendimento nos serviços da rede de proteção.

Além dessas medidas, uma série de outras possibilidades de atuação pode ser desencadeada, conforme será apresentado nos passos a seguir.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



Itaú Social / Rafa Lopes

PASSO 3 – ARTICULAÇÃO COM A REDE DE PROTEÇÃO

A atuação em rede para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes é um pressuposto do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), consolidado em 2006, por meio da [Resolução 113](#) do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) para assegurar e fortalecer a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Essa resolução estabelece um sistema formado pela integração e articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil, para garantir e operacionalizar os direitos das crianças e dos(as) adolescentes no Brasil, por meio de três eixos fundamentais: Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

O direito à educação, portanto, é foco fundamental da responsabilização entre essas instâncias, e a sociedade civil deve assumir seu espaço de modo a contribuir diretamente com as políticas públicas, além de reivindicar seu funcionamento com qualidade e alcance satisfatórios. Para isso, a articulação das OSCs com os(as) operadores(as) dos poderes executivo e judiciário se faz necessária na busca das soluções que precisam ser dadas aos casos de crianças e adolescentes que abandonaram ou evadiram da escola ou nunca a acessaram.

Num cenário no qual a OSC venha a integrar a Busca Ativa Escolar implementada pelo município ou estado (e cuja adesão pode ser consultada [aqui](#)), as ações de articulação com o poder público podem ocorrer de forma vinculada ao plano de trabalho desenvolvido pela estratégia, otimizando diálogos e trocas de informação que, em vez de serem fragmentadas e setorializadas, beneficiar-se-ão da estrutura intersetorial consolidada pela iniciativa.



Itaú Social/Serginho do Nascimento



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

IMPORTÂNCIA DE FORMALIZAR O ARRANJO DE COLABORAÇÃO

Na Busca Ativa Escolar, a metodologia prevê a criação de um Comitê Gestor Intersetorial imbuído da função de gerir a plataforma, desenhar os fluxos de integração entre as secretarias e demais órgãos que o constituem, definir os(as) participantes e formar as equipes para realizar as etapas de atendimento previstas. O comitê idealmente deve responder diretamente ao(à) prefeito(a), considerando a paridade entre as secretarias envolvidas e o compartilhamento do mesmo público de atendimento, às crianças e aos(às) adolescentes municipais e suas famílias.

Recomenda-se a participação prioritária das Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, considerando o perfil das suas demandas, porém, outras secretarias são muito bem-vindas a integrar a estratégia, como as de Direitos Humanos, Habitação, Esporte e Lazer, Segurança Pública, entre outras, com o intuito de somar esforços na busca por soluções eficazes para a população poder acessar seus direitos. A participação dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais também é bastante encorajada. Nesse âmbito, os representantes das OSCs podem ser inseridos mediante alinhamento permanente com a gestão pública, contribuindo ativamente com essa agenda. Essa participação também é fortemente recomendada, tendo em vista o grande potencial dessa integração para obtenção de resultados mais eficazes.

Para mais informações, acesse:

buscaativaescolar.org.br/temas/comite-gestor-e-articulacao-intersetorial



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

A articulação entre OSCs e políticas públicas demarca uma relação promissora de ampliação da esfera pública, fortalecendo o protagonismo da sociedade civil em contribuir com a redução das desigualdades sociais e com a consolidação de uma cidadania plena para todas e todos. Afinal, o direito à educação não pode se efetivar sem que os demais direitos sociais sejam também garantidos, tendo em vista a indissociabilidade dos direitos humanos fundamentais.

Como é possível uma criança ou um adolescente frequentar

a escola se não tem moradia, não se alimenta adequadamente, se seus responsáveis não têm emprego, se sua família não tem acesso aos serviços de saúde e à segurança pública? Ainda, como pensar sua capacidade de desenvolvimento educacional sem também ter acesso à cultura, ao esporte, ao lazer e a um meio ambiente saudável e seguro?

Por isso, a atuação em rede intersectorial é pré-requisito para que o abandono e a evasão escolares sejam de fato solucionados pelas políticas públicas com apoio da sociedade civil.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

É essencial que se atente, contudo, para o fato de que uma articulação em rede plena em seu potencial pressupõe não apenas a integração das políticas públicas numa metodologia intersetorial entre si, mas demanda que a sociedade civil também faça parte desse fluxo de modo a ampliar a abrangência de sua atuação e contribuir para seu constante aprimoramento. Para auxiliar nesse sentido, uma OSC pode atuar a partir de três movimentos:

1. Encaminhamento de casos para atendimento pelo sistema de garantia de direitos direcionados à:

● Escolas/redes escolares/Secretarias de Educação:

- Para apoiar a realização da matrícula escolar, no caso dos não matriculados;
- Para obter informações sobre procedimentos de matrícula e transferência entre escolas ou redes de ensino;
- Para auxiliar na obtenção de documentos escolares, como histórico e outras certificações;
- Para contribuir com a redução da infrequência escolar, a partir do monitoramento da frequência junto às escolas.

● Aos equipamentos de assistência social e CREAS:

- Para direcionar demandas específicas de assistência, como o cadastramento no CadÚnico; o recebimento de benefícios de transferência de renda; inserção nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; acompanhamento especializado pelos(as) profissionais de serviço social, entre outras possibilidades;
- Para apoiar na retirada de documentação de identificação civil, como registro de nascimento vivo, certidão de nascimento, RG e CPF;
- Para apoiar em procedimentos acerca de medidas protetivas para criança e/ou adolescente em situação de rua, trabalho infantil, em situação de acolhimento/abrigo e em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

- **Aos Conselhos Tutelares:**
 - Para encaminhar casos de crianças e/ou adolescentes que precisam de medidas de proteção contra situações de violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção;
 - Para apoiar na requisição de certidões de nascimento e de óbito de criança ou de adolescente;
 - Para orientar os responsáveis quanto a procedimentos de guarda familiar;
 - Para encaminhamentos ao Ministério Público para atendimento jurídico especializado, quando necessário (Defensoria Pública, Vara da Infância, Varas Criminais, Promotorias).
- **Às Unidades de Saúde ou Clínicas da Família – Estratégia Saúde da Família (agentes comunitários(as) de saúde):**
 - Para encaminhamentos ao atendimento das demandas de saúde da criança/adolescente, de algum familiar ou responsável;
 - Para articulação com Agentes Comunitários(as) de Saúde (ACSs), tendo em vista a troca de informações sobre territórios.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



2. Recebimento de casos para acolhimento e inserção nas oportunidades oferecidas pelas OSCs

As OSCs também podem receber crianças, adolescentes e suas famílias, encaminhados por algum equipamento público ou outra organização social, caso a especialidade de atendimento seja necessária para contribuir com a promoção de direitos. Também é possível receber os encaminhamentos pelas equipes da estratégia Busca Ativa Escolar, caso o município tenha aderido a ela.

De forma equivalente, é importante que a gestão pública perceba que a contribuição das atividades ou atendimentos especializados oferecidos pelas OSCs pode ser de grande valia como parte de um conjunto de ações direcionadas à proteção integral das crianças e dos(as) adolescentes. Neste rol de possibilidades, há diversas formas de atuação de OSCs direcionadas ao atendimento direto de um público que necessite de apoio para a resolução de seus problemas em geral. Alguns exemplos:

- **Assessoria sociojurídica;**
- **Ações de promoção dos direitos humanos em geral;**
- **Oferta gratuita de serviços de saúde, esportivos, culturais ou direcionados ao desenvolvimento educacional;**
- **Ações assistencialistas que promovam doação de alimentos, vestimentas e outras necessidades básicas às famílias.**



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- **Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção**

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

3. Participação em fóruns locais da rede de proteção e integração aos conselhos de direitos

A rede de instituições relacionada ao trabalho de proteção das crianças e dos(as) adolescentes possui uma rotina intensa de atividades, eventos, reuniões, seminários, cursos, além de suas ações diretas de atendimento. É desejável que as OSCs busquem participar desses encontros e trocas de experiências, nos quais é possível produzir maior integração entre si e fortalecer suas ações com reciprocidade.

Essa participação pode ocorrer também no âmbito da Busca Ativa Escolar, seja como parte da equipe da estratégia para determinadas etapas da metodologia, seja como membro do Comitê Intersetorial para o monitoramento e o apoio à estratégia.

Um espaço central para se participar, também, são os Conselhos de Direitos, em especial, os de âmbito municipal, pois uma parte expressiva das políticas públicas é oferecida e executada pela administração das prefeituras. São eles:

- [Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA](#)
- [União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME](#)
- [Conselho Nacional de Assistência Social](#)
- [Conselho Nacional de Saúde](#)

Os conselhos são instâncias fundamentais para a formulação das políticas públicas, consultando e/ou deliberando e produzindo normas técnicas, resoluções, orientações, planos e projetos orientados ao aprimoramento dos serviços públicos em benefício da população. Possuem um potencial concreto de promover diretamente a articulação entre o poder público e a sociedade civil.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



©UNICEF/BRZ/RaoniLíbório

INCENTIVE A ADESÃO À BUSCA ATIVA ESCOLAR EM SEU MUNICÍPIO

No caso de ainda não haver adesão da gestão pública à estratégia Busca Ativa Escolar, recomenda-se que a OSC procure incidir politicamente sobre a rede de proteção para que ela seja feita em benefício da população. Para isso, pode-se procurar diretamente as escolas do bairro e apresentar essa sugestão à gestão escolar; pode-se apresentá-la ainda via participação em reuniões de rede locais ou no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Além disso, é possível que se busque um diálogo direto com o(a) prefeito(a) ou com os(as) secretários(as) municipais ou estaduais de Educação, Saúde e Assistência Social, de modo a apresentar a estratégia e sinalizar sua importância, com ênfase na parceria com as OSCs. Lembre que é também de responsabilidade da sociedade civil contribuir com a garantia do direito à educação para todas as crianças e todos(as) os(as) adolescentes, por isso, reivindicar a adesão à Busca Ativa Escolar é um caminho assertivo nessa direção.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

EXPERIÊNCIA

Parceira OSC e Busca Ativa Escolar junto à população imigrante

Boa Vista – RR

Em Boa Vista, Roraima, o Instituto Pirlampos faz um trabalho constante de busca ativa com refugiados, migrantes e indígenas venezuelanos. A OSC atua no município há 15 anos e tem trabalhado em parceria com o UNICEF desde 2019.

No início de 2022, as equipes ficaram de plantão em todos os abrigos da [Operação Acolhida](#), realizando, por telefone, as pré-matrículas de crianças e adolescentes refugiados(as) e imigrantes abrigados(as). Por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista, a Central de Matrículas ficou destinada exclusivamente às equipes do Instituto Pirlampos pelo período de cinco dias para que pudessem agilizar a (re)matrícula desses meninos e meninas que vivem nos abrigos.

O grupo organizou um corpo de colaboradores(as) e voluntários(as) para uma ação de mutirão, realizada entre os dias 1º e 5 de fevereiro de 2022, que resultou em 1.100 crianças e adolescentes refugiados(as) e migrantes da Venezuela apoiados(as) com o processo de pré-matrícula para ingresso no ensino formal brasileiro.

Profissionais do Instituto Pirlampos foram cadastrados na plataforma da Busca Ativa Escolar como agentes comunitários(as), e todos os dados coletados no mutirão foram registrados para que a equipe da gestão municipal desse seguimento aos casos, referenciando as meninas e os meninos na rede de proteção e acompanhando sua permanência na escola.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

EXPERIÊNCIA

Formação de rede apoia adolescentes grávidas ou com filhos

Em Serra, no Espírito Santo, um grupo de meninas de 14 a 18 anos está sendo acompanhado de perto numa ação de prevenção da evasão escolar intitulada **Mente Saudável Feminina**. “Perguntamos à escola quais eram as meninas em potencial evasão escolar. Observamos a lista e notamos que a maior parte delas estava grávida ou tinha filhos”, lembra Carolina Lima, assistente social do Instituto Projeto Educa Basquete (PEB), um dos realizadores do projeto ao lado de outras duas OSCs, por meio do projeto **Experiências em Rede**, do Itaú Social.

Em seu primeiro ciclo, a ação contou com 17 encontros semanais. No início, boa parte das meninas respondeu afirmativamente quando questionada se pensava em desistir da escola. “Voltamos a perguntar agora, e todas disseram que não. Devido às circunstâncias, pode ser que algumas sejam reprovadas neste ano. Mas para nós, já é uma conquista saber que não desistirão”, completa Carolina.

Importante mencionar que o município realizou a adesão à Busca Ativa Escolar posteriormente, demonstrando o potencial de articulação das OSCs com o poder público local, a fim de alinhar melhor as ações e ampliar os seus impactos.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



PASSO 4 – PARCERIA ENTRE AS OSCs E AS ESCOLAS PÚBLICAS

A parceria entre as OSCs e as escolas têm enorme potencial para contribuir com a qualificação de ambas, visando ao pleno desenvolvimento das habilidades e competências dos(as) estudantes. Essa pode ser uma parceria de mão dupla para a mútua cooperação no acompanhamento da criança ou do(a) adolescente em seus processos de aprendizagem. Por outro lado, a atuação da OSC possui um potencial importante de atender as meninas e os meninos numa perspectiva mais individualizada, atenta às suas necessidades específicas, apontando capacidades inexploradas pela escola e fortalecendo suas múltiplas inteligências.

É preciso que se reflita, de forma multidimensional, sobre o fato de o abandono e a evasão escolares serem produzidos não apenas pelos constrangimentos socioeconômicos impostos às famílias em situação de vulnerabilidade social no país, mas



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

também pelas insuficiências pedagógicas que favorecem a desvinculação escolar, seja ela temporária ou definitiva. Assim, o papel das OSCs na prevenção desses problemas tem relação com sua capacidade de oferecer, de forma complementar às escolas, atividades educativas que ajudem a fortalecer o vínculo dos(as) estudantes com sua escolarização formal, além de promover seu desenvolvimento integral. Por isso, é preciso reconhecer as especificidades de cada instituição nesse processo e identificar as potencialidades que elas oferecem a crianças, adolescentes e jovens quando trabalham integradas em torno de um objetivo comum.

Apesar de a escola ser uma instituição central e insubstituível na socialização cidadã de crianças e adolescentes, ela sozinha tampouco é suficiente para desempenhar tudo o que é necessário para garantir a aprendizagem de meninas e meninos com pouco acesso a oportunidades para seu pleno desenvolvimento. Em geral, a ampla oferta de atividades educacionais complementares concentra-se na esfera das instituições privadas, demandando

um poder de consumo inacessível àqueles(as) em situação de vulnerabilidade social.

A partir dessa compreensão, tanto a escola pode buscar ampliar sua visão educacional e se abrir para a potência disponível no território, quanto as OSCs podem reconhecer sua capacidade de contribuição direta com o projeto educacional, em caráter complementar. Por parte da rede escolar, é possível mobilizar parcerias com a sociedade civil para qualificar seu trabalho e obter resultados mais efetivos na promoção da aprendizagem, além da redução das desigualdades educacionais. Do mesmo modo, uma OSC pode buscar sua integração com a rotina escolar, seja por meio de uma gestão participativa ou pelo alinhamento da sua atuação com o projeto político pedagógico escolar – PPP instituído pela secretaria municipal de educação, por meio de um diálogo permanente.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



DE OLHO NO CONCEITO – EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

(Centro de Referências em Educação Integral – educacaointegral.org.br)

A Educação Integral define a concepção de educação que estabelece permanente relação com o tecido social em torno da escola, em constante articulação com a rede de proteção social local, incluindo as potencialidades que as OSCs têm a oferecer. Dessa forma, alguns caminhos são possíveis de serem trilhados para realizar, na prática, esse potencial:

Integração Pedagógica

- Realização de atividades em parceria com a escola no ambiente escolar ou fora dele: quaisquer atividades planejadas em conformidade ao PPP escolar com a participação de professores(as), coordenação pedagógica e educadores(as) ou profissionais da OSC. Recomenda-se a elaboração de projetos direcionados aos(as) estudantes infrequentes ou com distorção idade-série, de modo a reduzir sua desvinculação escolar. Os tipos de projeto aqui planejados vão depender dos tipos de atividade que a OSC realiza em seu escopo de atuação. Eles podem ser temáticos, por disciplinas ou interdisciplinares.
- Fortalecimento da participação estudantil por meio da atuação com os grêmios escolares: essa instância de auto-organização dos(as) estudantes tem um grande potencial de atuação direcionada a eles(as) mesmos(as) e toda a escola. Em geral, é possível contribuir para tornar a escola mais significativa por meio de seu engajamento direto nas atividades propostas, a partir de seus olhares e vivências. Também é possível que a atuação do grêmio escolar seja direcionada a sensibilizar estudantes evadidos a retornarem à escola. A criatividade não pode ter limites!



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Escola – Comunidade

- Participação de representantes das OSCs no Conselho Escolar ou Conselho Escola Comunidade (CEC), uma instância de integração da gestão educacional com o território e as famílias. Os conselhos escolares são constituídos mediante a participação de uma diversidade de atores definida por eleições no interior da escola, visando produzir a representatividade de uma comunidade escolar: familiares e responsáveis, estudantes, professores(as), funcionários(as), membros da comunidade e gestores(as) escolares. É função do conselho zelar pela manutenção da escola e pela qualidade do ensino, por meio de medidas deliberativas, consultivas e mobilizadoras, como fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os(as) docentes. No âmbito da atuação do CEC, está a capacidade de atuação integrada da comunidade diante do desafio da evasão e do abandono escolares, de modo a produzir projetos específicos que criem caminhos para reduzi-los. Por exemplo, o CEC pode atribuir tarefas de busca ativa para a atuação de seus membros pela vizinhança, pode criar materiais de divulgação de informações úteis à matrícula escolar, ou mesmo destinar recursos para diversos tipos de ações com essa finalidade.

A metodologia da Busca Ativa Escolar dá especial ênfase ao retorno de crianças e adolescentes ao ambiente escolar, ofertando às equipes da estratégia um conjunto de orientações sobre como deve ser a acolhida e as ações para garantir a permanência e a aprendizagem do público. Ressalta-se que retornar à escola, depois de situações vulneráveis que levaram ao abandono ou à evasão, não é fácil para muitas meninas e meninos, exigindo uma ação cuidadosa da equipe escolar, em parceria com as famílias e a comunidade. Nesse contexto, as OSCs são aliadas importantes para apoiar a escola na sua ressignificação para as crianças e adolescentes que estão voltando ou mesmo acessando-a pela primeira vez.



DICA DE VÍDEO

[Busca Ativa Escolar: relação escola e comunidade](#)

[Busca Ativa Escolar: relação escola e família](#)



DE OLHO NO CONCEITO – COMUNIDADE ESCOLAR

A noção de **Comunidade Escolar** evidencia uma perspectiva importante para a ampliação da compreensão sobre a instituição escolar e seu papel democrático na sociedade. Ela parte do entendimento de que a escola se forma a partir do lugar que ocupa em determinado território, composta por sujeitos de direitos que se inter-relacionam no processo de ensino-aprendizagem, incluindo não apenas educadores(as) e estudantes, mas toda a rede de relações com as famílias, os(as) funcionários(as) e a sociedade civil circundante.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Oferta de oportunidades educativas complementares

Além de identificar crianças e adolescentes em situação de evasão escolar e infrequência no atendimento direto realizado e de sua participação como membro da equipe da Busca Ativa Escolar, a OSC pode apoiar sua permanência na escola por meio da ampliação de suas oportunidades de desenvolvimento. Dentre as atividades complementares, está um conjunto diversificado e inesgotável de possibilidades. Alguns exemplos:

- Atividades educativas – complementação pedagógica, incentivo à leitura, letramento e alfabetização, cursos de línguas estrangeiras, cursos profissionalizantes, pré-vestibular e cursos preparatórios;
- Atividades esportivas – promoção de diversas modalidades esportivas individuais ou coletivas, como futebol, vôlei, basquete, natação, atletismo, lutas e artes marciais, consciência corporal, ioga e alongamento, realização de campeonatos, promoção de visitas dos(as) estudantes a eventos esportivos;
- Atividades culturais – promoção do acesso de crianças e adolescentes a experiências no campo das artes, da música, da dança, da literatura, do teatro, do audiovisual, visita a espaços culturais e museus, aprendizagem de linguagens artísticas e acesso a bibliotecas;
- Atividades tecnológicas – promoção de atividades com linguagens e ferramentas digitais da cultura gamer, mídias digitais, programação e informática em geral;
- Atividades de lazer – realização de atividades coletivas que promovam oportunidades lúdicas e o livre brincar, proporcionando vivências socializadoras e o direito à infância.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

ATENÇÃO: algumas OSCs, por meio de seus projetos, costumam vincular a participação da criança e do(a) adolescente nas atividades com sua frequência escolar. Apesar de bem-intencionada, essa medida incorre no risco de excluir de seu atendimento um conjunto de casos que, por estarem fora da escola, acabam também não acessando outras oportunidades educativas não formais. Incentivar, apoiar e monitorar a frequência escolar é fundamental, mas restringir o atendimento pode gerar o resultado oposto ao que se pretende e produzir mais exclusão em vez da proteção social das crianças e dos(as) adolescentes. Caso a OSC identifique uma situação de abandono ou evasão escolar, ela pode atuar para que seja revertida, orientando os(as) responsáveis diretamente e encaminhando-os aos órgãos competentes ou à equipe de Busca Ativa Escolar para solucionar o problema, caso o município tenha aderido à estratégia.



DICA DE LEITURA

[Organização da Sociedade Civil e Escola Pública - Uma parceria que transforma, Prêmio Itaú UNICEF \(2015\)](#)

É importante chamar a atenção para o fato de que, independentemente do tipo de parceria que as OSCs estabeleçam diretamente com as escolas ou redes escolares e políticas educacionais, existem públicos específicos que demandam ações especializadas e emergenciais. É o caso de crianças e adolescentes com deficiências, sejam elas físicas, visuais, auditivas, intelectuais, psicossociais ou deficiências múltiplas. Esse público encontra, historicamente, desafios muito mais graves no acesso e na permanência na escola com aprendizagem adequada, tendo em vista uma série de questões, da simples desinformação até a completa falta

de estrutura institucional para seu atendimento com qualidade. Por isso, o auxílio de uma OSC para identificação e atendimento desses casos pode ser de suma importância para mediar a entrada dessa criança ou desse(a) adolescente numa escola apropriada e também na oferta de atividades especializadas focadas em seu desenvolvimento. Na Busca Ativa Escolar, um dos motivos de exclusão é a deficiência, exigindo um olhar diferenciado e cuidadoso das equipes para priorizar essa população e garantir o seu atendimento; portanto, a articulação da OSC com a estratégia pode ser potente para identificar e atender esse público.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

EQUIDADE EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Perspectiva que reconhece e respeita as diferenças dos(as) estudantes como ponto de partida para os processos de ensino-aprendizagem. Com o pressuposto de que todos podem aprender, deve-se fornecer as condições adequadas para que cada um e cada uma se desenvolva em suas capacidades plenas, tendo em vista suas características relativas a etnia, idioma, classe social, identidade de gênero, estado de saúde e condições físicas, sensoriais, intelectuais ou psicossociais.

Outros públicos prioritários devem ser pontuados para que a OSC tenha capacidade de observar suas especificidades e atuar para ajudar a promover a **equidade educacional** e o enfrentamento às desigualdades raciais e identitárias, seja em suas próprias atividades ou de forma complementar às escolas:

- **Crianças/adolescentes negras (pretas ou pardas);**
- **Crianças/adolescentes meninas, homoafetivas, transexuais e não binárias, entre outras (LGBTQIAP+);**
- **Crianças/adolescentes com deficiências;**
- **Povos tradicionais: indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhos;**
- **Imigrantes.**

No contexto de atuação de forma integrada à Busca Ativa Escolar, é importante enfatizar que, ao utilizar a plataforma, é possível produzir melhores evidências sobre essas populações, analisando especificamente como a exclusão escolar se impõe sobre elas e permitindo qualificar as políticas para o seu atendimento.

Também é importante lembrar que as OSCs devem observar o que podem realizar em relação aos(as) responsáveis e familiares dos(as) estudantes, considerando suas demandas sociais. É possível oferecer ou mediar suas demandas, por exemplo, com oportunidades de geração de renda, inclusão produtiva ou acesso a outros tipos de atividades profissionalizantes, oferecer atividades diretas de capacitação profissional, incentivar a formação de cooperativas ou apoiar o empreendedorismo local por meio de incubação e ações formativas.

Lembre-se: para que o(a) responsável possa cuidar da criança/adolescente, às vezes ele(a) também precisa ser cuidado(a)!



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

• Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



PASSO 5 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Uma contribuição com grande potencial a ser realizada pela sociedade civil é seu engajamento com a agenda de enfrentamento da evasão escolar no campo da **mobilização social**, tendo em vista sua capacidade de atuação direta nos territórios nos quais está inserida e da realização de ações de **comunicação de causas**.

Por exemplo, uma OSC pode organizar, entre seus próprios membros, uma **campanha de mobilização** para sensibilizar a comunidade sobre o tema, apresentando orientações práticas às famílias. E quanto maior for sua esfera de alcance para além de sua própria instituição, mais ampla essa campanha pode se



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

• Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

tornar, protagonizando, assim, uma **campanha de comunicação comunitária**. Algumas possibilidades, nesse sentido, devem ser consideradas:

- **Produção e distribuição de materiais de comunicação como panfletos, cartilhas e informativos;**
- **Veiculação de informações úteis e mensagens de sensibilização por meio de jornais e rádios comunitárias;**
- **Atuação permanente de produção de conteúdo para redes sociais;**
- **Realização de ações de atendimento direto à população em espaços públicos;**
- **Investimento em parcerias com a mídia de massa, especializada e/ou independente para a produção de notícias que gerem sensibilização e engajamento.**

Uma estratégia completa de [campanha de comunicação](#), nessa direção, é disponibilizada pela Busca Ativa Escolar, com produtos preparados especialmente para alcançar esses objetivos. No contexto de trabalho integrado, é fundamental que esses materiais sejam utilizados considerando as orientações estipuladas pelo Comitê Gestor Intersetorial. No caso de não haver adesão no seu município, esses materiais podem servir como referência para uma atuação mais consistente e eficaz, servindo de inspiração para a elaboração e execução de outros tipos de campanhas.

O objetivo das campanhas deve ser sempre o de ampliar o nível de compreensão sobre o abandono e a exclusão escolares, envolver o maior número de pessoas nesse debate e, consequentemente, avançar cada vez mais no enfrentamento dos fenômenos. Além disso, elas podem **apoiar o trabalho da busca ativa**, alcançando um público amplo que venha a indicar demandas por atendimento direto. Elas podem ser desenvolvidas em parceria com órgãos públicos ou de maneira independente pelas OSCs.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

• Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

As mensagens veiculadas pelas campanhas podem focar em públicos distintos, como as famílias, as unidades escolares, a gestão pública em geral e as mídias locais ou de grande alcance. A campanha da Busca Ativa Escolar direciona produtos e ações para esses quatro públicos prioritários. Claro que outros podem ser incluídos, mas esses são fundamentais para a produção do engajamento desejado. Veja a seguir os tipos de mensagens e de ações que podem ser desenvolvidas para cada um deles:

Famílias	
Mensagens prioritárias	Ações
<p>Todas as crianças e os(as) adolescentes têm direito à educação.</p> <p>A prevenção do abandono e da evasão escolares deve ser feita por meio de ações dedicadas aos(as) estudantes, suas famílias e a comunidade.</p> <p>Riscos de crianças e adolescentes fora da escola.</p>	<p><i>Posts, podcasts</i>, lista de transmissão no WhatsApp e vídeos nas redes sociais.</p> <p>Murais, <i>blogs</i> ou jornais virtuais das escolas;</p> <p>Ação em mídias locais.</p> <p>Mensagens de áudio divulgadas em rádio local e/ou por motos ou carros de som.</p> <p>Cartazes afixados no comércio local e nas escolas.</p> <p>Faixas nas ruas.</p> <p>Envio ou entrega de folhetos e outros materiais impressos no domicílio.</p>

Escolas	
Mensagens prioritárias	Ações
<p>Todas as crianças e os(as) adolescentes têm direito à educação.</p> <p>A manutenção do vínculo com a escola é necessária para garantir a aprendizagem.</p> <p>A prevenção do abandono e da evasão escolares deve ser feita por meio de ações dedicadas aos(as) estudantes, suas famílias e comunidade.</p>	<p>Semana ou Dia para debater o tema e as causas da exclusão;</p> <p>Reuniões, fóruns e eventos com a equipe para tratar do papel de cada um e das providências que devem ser tomadas;</p> <p>Mutirões de matrícula, divulgados por meio de faixas e cartazes espalhados pela comunidade e por todo o município, além de mensagens nos veículos locais de mídia.</p>



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

• Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Gestão pública

Mensagens prioritárias	Ações
<p>A importância de divulgar dados de exclusão do estado/município.</p> <p>A importância da articulação intersetorial e do trabalho em rede para proteger as crianças e os(as) adolescentes e garantir seus direitos.</p> <p>A importância de promover a (re)matrícula.</p>	<p>Cartazes, pôsteres e <i>posts</i>/vídeos em redes sociais e sites da administração pública, além de equipamentos públicos, como UBS, CRAS, CREAS e pontos de ônibus.</p> <p>Veiculação de mensagens em rádio e TV, incluindo programas comunitários, e em carros de som.</p> <p>Realização de fóruns e seminários.</p> <p>Gravação de vídeo pelo(a) prefeito(a) para convocar todos(as) atores e atrizes locais a participar.</p>

Mídia

Mensagens prioritárias	Ações
<p>Todas as crianças e os(as) adolescentes têm direito à educação.</p> <p>A manutenção do vínculo com a escola é necessária para garantir a aprendizagem.</p> <p>A adesão à estratégia Busca Ativa Escolar e sua implementação são importantes para prevenir o abandono e a evasão escolares.</p> <p>A importância da articulação intersetorial e do trabalho em rede para proteger crianças e adolescentes e garantir seus direitos.</p>	<p>Desenvolvimento de um <i>kit</i> com peças de comunicação.</p> <p>Entrevistas coletivas para sensibilizar sobre o tema e divulgar dados e ações;</p> <p>Envio de áudios, <i>jingles</i>, <i>spots</i>, vídeos e <i>cards</i> para redes sociais, rádios locais e comunitárias, além de outros materiais de divulgação, solicitando parceria para sua veiculação.</p> <p>Criação de campanhas próprias, documentários e séries de programas em áudio, vídeo ou texto para serem difundidos nos veículos de comunicação locais e regionais.</p>



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

• Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO

Parceria de rádio com a Busca Ativa Escolar em Carira (SE)

Veja só esse exemplo positivo no município de Carira, em Sergipe. Por lá, a Busca Ativa Escolar tem apoio e divulgação da rádio Educadora FM, que pertence ao município de Frei Paulo e atende à região. A parceria começou em 2021, quando a gestão municipal assumiu a estratégia e a Secretaria de Educação convidou a emissora a integrá-la.

Desde então, aos sábados, a rádio divulga orientações e informações sobre educação, o que inclui destaques sobre a Busca Ativa Escolar. “É uma comunicação de fácil acesso. Isso fortalece a estratégia, pois a mensagem alcança todos os povoados do município”, conta a coordenadora operacional de Carira, Clecia Menezes. “Além disso, também fazemos carreatas e vamos aos povoados mais distantes buscar esses estudantes que estão fora da escola”, complementa.

PASSO 6 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Independente do tipo de atuação que a OSC vai escolher desempenhar para contribuir com a agenda do direito à educação, seu papel na produção de informações, de dados especializados e de diagnósticos e avaliações tem extrema relevância para o controle social das políticas públicas, seja em nível local ou mais amplo. Dentre as frentes de atuação, destacamos algumas possibilidades:

Dados cadastrais e acompanhamento direto

No campo do atendimento direto de crianças e adolescentes, é de suma importância que a OSC realize o acompanhamento permanente da situação escolar e familiar dos seus(as) atendidos(as). É importante, contudo, atentar que o compartilhamento de dados sensíveis, em especial sobre crianças e adolescentes, é alvo de preocupação para garantia de sua proteção, mediante o cuidado com o sigilo necessário a cada caso e a adequação às normas estabelecidas pela [Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD](#).



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- **Passo 6 – Monitoramento e Avaliação**

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

PROTEÇÃO DE DADOS

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de cada indivíduo. A Lei fala sobre o tratamento de dados pessoais feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações que podem ocorrer em meios manuais ou digitais.

O tratamento de dados diz respeito a qualquer atividade que utiliza um dado pessoal na execução da sua operação, por exemplo: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Para orientações detalhadas sobre as imposições dessa lei, acesse o [Guia de Boas Práticas](#) produzido pelo Governo Federal. Também é desejável o apoio de uma consultoria jurídica em caso de dúvidas.



Itaú Social / Rafael Arbex



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- **Passo 6 – Monitoramento e Avaliação**

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Tendo em vista esses cuidados, é importante garantir, na medida do possível:

- **Estabelecimento de um fluxo regular de monitoramento da frequência nas atividades desenvolvidas pela OSC;**
- **Construção de um fluxo de monitoramento da frequência escolar, por meio do estabelecimento de parceria direta com as escolas da região;**
- **Realização de diagnóstico social das crianças e adolescentes atendidos(as), com coleta de informações básicas: identificação, idade, local de moradia, dados do(a) responsável e contatos, além de perguntas sobre a situação familiar e socioeconômica, como renda, escolaridade do responsável, composição familiar, condições de saúde, dentre outras;**
- **Realização de reuniões de acompanhamento com os(as) responsáveis para atualização das informações sobre a situação da criança e ou do(a) adolescente;**
- **Realização de avaliações periódicas sobre o desenvolvimento integral das aprendizagens e múltiplas inteligências.**

Esse tipo de levantamento de informações servirá não apenas à qualificação da capacidade da OSC de atuar sobre a proteção do seu público direto, como também para subsidiar possíveis articulações que sejam realizadas com instâncias do poder público.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social

• Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Estudo de casos para produção de soluções

Por meio do registro de informações qualificadas sobre seu público de atendimento, é possível que situações mais complexas ou emergenciais ganhem destaque e, por isso, demandem uma atenção prioritária. Nesses casos, uma estratégia bastante recomendada é a realização de estudos de caso para avaliação dessas situações, com a participação de educadores(as) e demais profissionais da OSC, como também acionar os serviços competentes para situações de violência e outras que requeiram a atuação dos órgãos da rede de proteção.



Itaú Social/ Serginho Nascimento

GESTÃO DE DADOS NA BUSCA ATIVA ESCOLAR

Para as OSCs integradas à estratégia da Busca Ativa Escolar nos municípios com adesão realizada, esse tipo de atuação faz parte da rotina de acompanhamento definida pelos(as) representantes da gestão municipal e foco do trabalho do Comitê Gestor Intersetorial. Nesse caso, a OSC pode atuar como porta-voz das questões que prejudicam a frequência escolar, sejam elas relativas ao contexto social, territorial ou familiar das crianças e dos(as) adolescentes, ou relativas aos limites da atuação das próprias políticas públicas, visando seu constante aprimoramento. Também é nesse âmbito que os(as) representantes das OSCs têm a oportunidade de reivindicar melhorias na oferta dos serviços públicos diretamente com seus(suas) gestores(as), além de encontrar oportunidades de parcerias de trabalho.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- **Passo 6 – Monitoramento e Avaliação**

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Produção de análises a partir do diagnóstico inicial e dos dados de monitoramento

As ações de monitoramento não servem apenas para as importantes tarefas de realizar um atendimento direto cada vez mais qualificado ou de buscar soluções concretas baseadas em fatos e evidências. Elas também são importantes para a ampliação da capacidade de produção de conhecimento sobre determinado fenômeno social, seja ele local ou geral, que gere violações de direitos e impeça a efetivação do pleno direito à educação.

Nesse sentido, quanto mais dedicada possível é a compreensão da realidade na qual se atua ou onde estão inseridos os públicos com os quais se trabalha, melhor é a capacidade institucional de produzir uma intervenção de forma assertiva e eficaz sobre esses públicos e suas realidades. Diante disso, algumas questões podem ser aprofundadas:

- **Investigar se as situações de abandono e evasão escolares possuem algum comportamento diferenciado por bairros, territórios e regiões, identificando possíveis descompassos entre oferta educacional e demanda por vagas, considerando, ainda a faixa etária e a etapa de ensino (educação infantil, pré-escola, ensino fundamental 1 e 2 e ensino médio).**
- **Analisar informações sobre o perfil familiar e identitário das crianças e dos(as) adolescentes para identificar possíveis casos de desigualdade educacional baseados no racismo estrutural, desigualdades de gênero ou outros tipos de discriminação, atendimento insuficiente a pessoas com deficiência e pertencentes a povos tradicionais.**
- **Comparar a frequência de crianças e adolescentes atendidos pelas atividades da OSC com sua frequência escolar, se possível for, de modo a avaliar se ambas são equivalentes ou se há diferença de comportamento em relação às atividades formais e não formais, buscando compreender as razões para isso ocorrer.**



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- **Passo 6 – Monitoramento e Avaliação**

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

ORIENTAÇÕES SOBRE MONITORAMENTO

A estratégia da Busca Ativa Escolar conta com uma plataforma tecnológica em que são registrados, gerenciados e armazenados todos os dados coletados pelos municípios e estados que aderiram à estratégia. É possível verificar, por exemplo, o perfil da exclusão escolar por faixa de idade, sexo, raça/etnia e condição socioeconômica das famílias, assim como os principais motivos que levam ao abandono e à exclusão escolares. Esses dados devem ser constantemente monitorados e analisados pela equipe que executa a estratégia e pelo Comitê Gestor Intersetorial. Além de orientar os ajustes no plano de ação da estratégia a qualquer momento, a avaliação da Busca Ativa Escolar apoia a gestão pública na tomada de outras importantes decisões para a garantia dos direitos à educação.

Esse é mais um exemplo de como a OSC pode se beneficiar de participar da estratégia de Busca Ativa Escolar como parceira do poder público, acessando esse tipo de informação com mais agilidade para orientar suas ações, assim como o poder público terá grande contribuição da OSC para a ampliação do alcance de seus resultados.

Acesse: buscaativaescolar.org.br/temas/funcionamento-da-plataforma-e-gestao-da-informacao



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social

• Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Controle social pela agenda de enfrentamento da evasão escolar

Por meio da produção de conhecimento sobre a realidade na qual atuam, com base nas informações registradas e monitoradas em suas atividades ou na produção de diagnósticos e análises, as OSCs assumem uma grande responsabilidade em fazer bom uso dessas informações em benefício da garantia de direitos das crianças, adolescentes e suas famílias.

Nesse sentido, a sociedade civil ocupa um lugar privilegiado de atuação pois, muitas vezes, são as instituições locais que mais detêm condições de conhecer de perto as realidades territoriais e os principais desafios que incidem sobre a população. As instituições, como associações de bairro, por exemplo, são capazes de mapear as demandas sociais das famílias que ali residem, observar seus dramas e identificar as urgências por transformações pontuais ou estruturantes. Porém, essas informações não podem ficar restritas ao conhecimento de poucas pessoas, e algo precisa ser feito com elas no sentido de dar-lhes visibilidade como fundamento de incidência política por respostas consistentes pelas políticas públicas.

Outras instituições da sociedade civil, do tipo que trabalha com grandes agendas educacionais em níveis municipais, estaduais ou mesmo nacionais, também são convocadas a integrar um grande movimento de engajamento coletivo pela garantia do direito à educação de meninas e meninos por todo o país, deixando nítido para toda a sociedade brasileira que o lugar de criança e de adolescente é na escola, e que o abandono e a evasão escolares não podem mais ser tolerados. Essa é uma agenda de todos e todas junto ao poder público, que ao mesmo tempo deve ser cobrado a cumprir com qualidade sua função, mas também necessita de apoio nesta construção coletiva. É aí que se sustenta a importância e a necessidade de que a sociedade civil organizada esteja mais próxima das políticas públicas, sendo fundamental que a gestão pública se movimente ativamente na direção de buscar parcerias com as OSCs e conduzir, de forma compartilhada, um trabalho eficiente de promoção do direito à educação.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- **Passo 6 – Monitoramento e Avaliação**

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer esta trilha de sugestões, recomendações e conhecimentos, acreditamos ter fornecido subsídios relevantes para instrumentalizar as organizações da sociedade civil e orientar o poder público sobre as possibilidades de atuação integrada entre essas duas esferas centrais para a garantia dos direitos das crianças e dos(as) adolescentes.

É sempre importante lembrar que uma criança ou um(a) adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar significa uma violação intolerável de um direito fundamental que não compromete apenas seu desenvolvimento individual, mas constrange a capacidade de desenvolvimento de toda a sociedade, desde seu crescimento econômico até as bases do próprio Estado Democrático de Direito.



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



Uma criança ou um(a) adolescente nessa condição também reflete um cenário de insuficiência de nossa sociedade em efetivar os compromissos fundamentais assumidos pela Constituição Federal de 1988, um marco da cidadania de nosso país. Enquanto persistirem problemas graves, como a pobreza, a desigualdade social e educacional, as violências contra a infância e a discriminação, estaremos ainda muito longe de vermos se concretizar uma sociedade efetivamente democrática no Brasil.

Esta publicação, portanto, terá alcançado os resultados esperados se conseguir promover um ativo comprometimento da sociedade civil e do poder público para se unirem em favor das crianças e adolescentes, cuja situação atual urge em receber respostas consistentes e emergenciais das políticas públicas e da defesa de seus direitos. A partir das possibilidades e recursos dos quais as OSCs dispõem para promover sua atuação, as alternativas de integração são inúmeras e podem contribuir efetivamente para a redução do abandono e da evasão escolares. Não importa se sua escala de atuação é reduzida ou ampla, grande ou pequena, focalizada ou diversificada. Toda forma de atuação



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



vale a pena, pois cada uma das meninas e cada um dos meninos beneficiados(as) serão valiosos casos de sucesso.

O direito à educação, nesse sentido, deve ser compreendido como um objetivo comum de todas as políticas públicas direcionadas à infância, adolescência, juventude e população em situação de vulnerabilidade social, pois assegura não apenas a escolarização formal, mas implica a promoção de outros direitos sociais. A escola se configura como uma das principais instituições de proteção social, e estar fora dela significa que tantos outros direitos podem estar sendo violados. Não podemos permitir. Afinal, Fora da Escola Não Pode! E Na Escola Sem Aprender Também Não Pode!

Obrigado(a) a você que chegou até aqui, e vamos em frente, juntos(as), neste urgente trabalho!



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)



REFERÊNCIAS

(LINKS, PUBLICAÇÕES, SITES)



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Referências bibliográficas

Guia de Boas Práticas: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Acessado em 24/10/2022 e disponível em www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf

LOMONACO, B.; BRUNSIZIAN, I. Organização da Sociedade Civil e escola pública: uma parceria que transforma. Coordenação de Camila Feldberg Macedo Pinto e Nazira Arbache; CENPEC; Fundação Itaú Social, São Paulo, 2015. Acessada em 24/10/2022 e disponível em fundacao-itaú-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/osc_e_escola_publica_uma_parceria_que_transforma.pdf?zh9MY8WSrCnQU5oG2OB7aV2pUZf6kh8f

LOPEZ, F. G. (org.). Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil. Brasília: Ipea, 2018. Acessado em 24/10/2022 e disponível em sinapse.gife.org.br/download/perfil-das-organizacoes-da-sociedade-civil-no-brasil

NERI, M. C.; OSORIO, M. C.. Tempo para Escola na Pandemia. Rio de Janeiro: FGV Social, 2020. Acessado em 24/10/2022 e disponível em cps.fgv.br/pesquisas/tempo-para-escola-na-pandemia

Proteção de dados: Guia de conformidade legal para sociedade civil. Acessado em 24/10/2022 e disponível em plataformaosc.org.br/wp-content/uploads/2021/12/LGPD-DIGITAL-2.pdf

UNICEF; Cenpec. Cenários da exclusão escolar no Brasil – Um alerta sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na Educação. Brasília: UNICEF; Cenpec. 2021. Acessado em 24/10/2022 e disponível em www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas

- Passo 5 – Mobilização social

- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Sites

Busca Ativa Escolar – buscaativaescolar.org.br

Censo Escolar – gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar

Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos – observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gclid=CjwK-CAjwpKyYBhB7EiwAU2Hn2WM5p-7avuAtHIEgrn2mcupr-QNYBh54Pzqq9n_L4i-VmEbWRtvFjERoC4HMQAvD_BwE

Mapa das OSCs – mapaosc.ipea.gov.br/indicadores

O que é Educação Integral? – educacaointegral.org.br/conceito/#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Integral%20%C3%A9%20uma,educadores%2C%20gestores%20e%20comunidades%20locais

Organização da Sociedade Civil: O que é, Tipos e Importância – fia.com.br/blog/organizacao-da-sociedade-civil

QEdu – novo.qedu.org.br/brasil/explore

Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/como-enfrentar/sgdca

Trajetórias de Sucesso Escolar – trajetoriaescolar.org.br



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Vídeos

Busca Ativa Escolar: relação escola e comunidade. Acessado em 24/10/2022 e disponível em [youtube.com/watch?v=4LDT00](https://www.youtube.com/watch?v=4LDT00)

Busca Ativa Escolar: relação escola e família. Acessado em 24/10/2022 e disponível em [youtube.com/watch?v=LMNaMDoqPQU](https://www.youtube.com/watch?v=LMNaMDoqPQU)

Origens do ECA - Acessado em 24/10/2022 e disponível em canaisglobo.globo.com/assistir/futura/origens-do-eca/t/dTBbr95hg7/



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

Legislações

Constituição Federal de 1988. Acessado em 24/10/2022 e disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Decreto nº 9.603/2018. Acessado em 24/10/2022 e disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9603.htm

Lei nº 13.709/2018. Acessado em 24/10/2022 e disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

Lei nº 13.431/2017. Acessado em 24/10/2022 e disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm

Plano Nacional de Educação. Acessado em 24/10/2022 e disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Resolução 113/2006. Acessado em 24/10/2022 e disponível em www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view



Menu de navegação

(clique nos itens para acessar diretamente o conteúdo)

Apresentação

- Organizações da sociedade civil
- Poder público

1. Contexto

2. Passo a Passo – Introdução

- Passo 1 – Diagnóstico inicial
- Passo 2 – Localização/Identificação de casos
- Passo 3 – Articulação com a Rede de Proteção

- Passo 4 – Parceria entre as OSCs e as escolas públicas
- Passo 5 – Mobilização social
- Passo 6 – Monitoramento e Avaliação

Considerações finais

Referências (links, publicações, sites)

BUSCA ATIVA ESCOLAR

A publicação "Papel das organizações da sociedade civil no enfrentamento da exclusão escolar" aborda a importância da atuação destes atores junto ao poder público para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes.

Realização da publicação

